

## Sobre princípios e meios, finalidades e fins

São próprias do crescimento de organismos vivos mudanças funcionais e estruturais, ajustando-os ao cumprimento de seus objetivos. Não tão dramáticas quanto as metamorfoses das borboletas, mas ainda belas como o desabrochar de uma flor, e também inevitáveis, como menarca e crescimento de seios, aparecimento de barba e voz mais grave, sinalizam a passagem à vida adulta. Marcam o fim de uma fase, deixam lembranças e um estilo de vida, mas prenunciam esperanças, prometem novas responsabilidades e desempenhos, novos direitos e deveres. E ainda que assustem, tudo acontece oportunamente quando o tempo chega, em ritmo específico e pacientemente testado pela natureza.

Alterações de pensamentos e de costumes também ocorrem continuamente em civilizações, instituições e nas próprias pessoas. Assim, temer mudanças não faz parte da boa cultura dialética que deve permear noções e diretrizes acadêmicas; e contrapor-se a elas pode ser atitude retrógrada: ciência é movimento de representações e procedimentos. Em Medicina, no começo do século, a Tisiologia era assunto momentoso, hoje cedeu espaço a outros. Desde então, a especialização em “olhos, nariz, ouvidos e garganta” dividiu-se em Oftalmologia (aliás, a primeira especialidade médica a se congregar numa sociedade “autônoma”) e Otorrinolaringologia e cada parte, como em tantas outras disciplinas, continuou a se ramificar. Esse modelo crescente de sub (ou super) especializações, levando a que se conheça, em cada uma, “quase tudo de quase nada”, contrapôs-se ao da generalização, pelo qual se chegaria ao conheci-

mento de “quase nada de quase tudo”. Uma instituição também está sujeita a processos metabólicos de assimilações e saídas, reage a contingências, muda comportamentos, adapta-se a novos tempos, renova-se num processo salutar e também inevitável. Mas pode também perecer. A diferença entre organismos biológicos e sociais é que as reestruturações destes não são comandadas por um programa naturalmente acertado, mas moduladas por opiniões, preconceitos e interesses, muitas vezes, circunstanciais. Se elas lhes são benéficas ou malélicas, se constroem ou destroem, se lhes levam à ascensão ou declínio, dependerá de como afetam a essência de cada grupamento. Tanto quanto a estagnação e igualmente conduzindo ao fim da organização, temam-se as mudanças que não se subordinam ao seu caráter substantivo, as que não lhe apuram o equilíbrio saudável, nem lhe levam à integração de seus propósitos vitais. Enfim, é preciso mudar, mas mudar bem. A sutileza da tarefa é a de se conseguir o equilíbrio de discernimento para distinguir entre o caminho às finalidades institucionais ou ao fim, num traçado tênue e tortuoso.

Nesse caso, não me parece que haja qualquer perigo iminente a suscitar medidas salvíficas e heróicas para resgatar o prestígio da Universidade, nem transformações necessárias sobre seus conteúdos e princípios, mas sobre formas e funções. As finalidades institucionais, assentadas sobre as fundações do ensino (a razão última de uma escola), da pesquisa (sem a qual o ensino não evolui) e da extensão de serviços (pela qual a Universidade recebe as questões a investigar e por elas aplica as respostas

que desenvolve) continuam claras. Mas suas interações, dentro da Universidade e desta com a sociedade que a sustenta, nem tanto.

Por outro lado, as presentes motivações de uma reestruturação são discutíveis e os métodos mais ainda. Considerar que as mudanças são necessárias para “economia” não faz justiça à inteligência universitária. Reduzir (e quem disse que a boa mudança é a de reduzir?) o número de Departamentos não tem qualquer efeito orçamentário imediato e, mesmo a médio e longo prazos, a economia de gastos é irrisória e risível. Tomar um número arbitrário (quinze docentes por Departamento), método quantitativo para alterar um universo qualitativo, representa um paradoxo ideológico que reflete indigência de propósitos. Questões tão banais, como a de “Que é mais importante, quinze docentes em RTC ou nove em RDIDP?”, tornam-se motivo de controvérsia e debates prolongados, bizantinos. Por que quinze e não sete, ou setenta? Quando docentes passam de um Departamento a outro, devem ou não deixar, no antigo, suas salas e horários de atendimento, leitos de enfermaria, instrumentos de trabalho? Sistematizar a mudança por integração de técnicas e métodos, como se cogitou (um Departamento “Básico” – ou seja lá que outro nome tenha – um “Clínico” e um “Cirúrgico”) quando os próprios métodos que os diferenciariam se imbricam e as técnicas mudam a cada dia, não é um saudosismo atávico, um perigo de retrocesso?

Infelizmente, ficando nessas “demandas”, a Universidade perde excelente oportunidade de confirmar sua teleologia, sua destinação, discutindo as transformações que recebe da sociedade humana e as que nela produz. Afinal, como está nosso produto primordial, o egresso de nossa Faculdade de Medicina, depois de seis anos

de seu curso? Não há irresponsabilidade em dar-lhe direitos de exercício de Medicina, sem que se lhe assegure nada mais do que mínimas competências dele? Quantos, efetivamente, são os anos de formação de um médico? Especializações e habilitações técnicas não deveriam fazer parte do currículo? Ou seria melhor incentivar o aluno a dedicar-se à pesquisa? A Faculdade de Medicina deve ficar compartimentalizada por especialidades afins? Por níveis ou procedimentos de ensino e trabalhos? Por departamentos temáticos?

Não tenho soluções prontas. Ao contrário, gostaria muito de poder evoluir, com toda a Universidade, num reaprendizado ou reafirmação de propósitos institucionais, de interações com a sociedade e de meios para consegui-los. Decepção-me quando, ao invés de examinar princípios, discutir com padrões éticos e procurar fins, vejo que a discussão derrapa para tamanhos departamentais, arbitrados por critérios obscuros, acordos de sobrevivência (e se possível, claro, sem perdas ou sacrifícios) ou conveniências conjunturais. Mas todo esse choro e ranger de dentes é até compreensível, pois, tranqüilos e impassíveis, não cremos nas propostas anunciadas e chegamos ao esgotamento de prazos (nossa Faculdade de Medicina é a última a enfrentar o juízo da reestruturação, simplesmente já consolidada em todas as outras Unidades). Desse modo, ao invés de vivenciarmos um tempo de fins, desesperamo-nos com o fim dos tempos.

Da abordagem teleológica, resta-nos a escatológica.

Prof. Dr. HARLEY E. A. BICAS  
Presidente da Associação dos Docentes do  
HCFMRP-USP  
Professor Titular do Departamento de  
Oftalmologia e Otorrinolaringologia